

Capítulo 3: A hipótese sêmica

Mário A. Perini, Sigrid Fraiha,
Lúcia Fulgêncio, Regina Bessa Neto

1. ESTRUTURA DO SN

Antes de argumentar em favor de uma análise sêmica¹ da ordenação dos termos do SN, vejamos como se apresenta a estrutura do SN segundo essa análise.

Em primeiro lugar, o PDet e o Det continuarão sendo definidos morficamente, porque não se conhecem fatores semânticos para suas peculiaridades de ocorrência. Assim, o PDet continuará sendo analisado como o primeiro termo de qualquer SN onde ocorra, e o Det será o primeiro caso não haja PDet; quando há PDet, o Det é o segundo termo. Aqui, portanto, não há o que comentar.

Segundo a análise anterior, ao Det se seguiriam três funções, o PN, o NSN e o Mod. Agora vamos unificá-las, considerando-as (morficamente) indistinguíveis; e chamaremos a essa nova função **termo livre (TL)**. O sintagma nominal terá, portanto, a seguinte estrutura mórfica:

(1) **PDet + Det + TL^a**

O TL pode ser definido como o termo que ocorre em terceiro lugar no SN se houver PDet e Det; em segundo se só houver Det; e em primeiro se não houver Det (em português padrão não pode ocorrer PDet sem Det). Se houver uma seqüência de vários termos nessa situação, será analisada simplesmente como uma seqüência de TLs. Por exemplo, o sintagma **um ataque cardíaco fulminante** se analisará da seguinte maneira:

(2) Um ataque cardíaco fulminante

Det TL TL TL

Essa análise, evidentemente, deixa coisas sem explicar. Assim, sabemos que em (2) não pode haver uma inversão dos termos, como

(3) * Um ataque fulminante cardíaco

Mas (3) tem a mesma análise de (2), isto é,

Det + TL + TL + TL

e portanto a análise não tem como explicar por que (2) é bem formado e (3) não é.

A resposta é que tanto (2) quanto (3) são *morficamente* bem formados, mas (3) é *semicamente* mal formado. Ou seja, a razão da estranheza de (3) reside em alguma particularidade de seu significado. A análise sêmica do SN se baseia justamente numa procura de tais particularidades de significado. Além das regras mórnicas que estipulam a estrutura do SN como **PDet + Det + TL^a**, há uma série de condições sêmicas (isto é, semântico-pragmáticas) que marcam o sintagma (3) como mal formado.

Em resumo, a nova análise inclui na essência dois tipos de me-

canismos: (a) regras mórficas, que estipulam uma ordem básica para o SN, e que não são motivadas em termos de significado; e (b) condições sêmicas, que, partindo de um SN morficamente bem formado, acrescentam novas exigências de ordenação. Nos exemplos (2) e (3) esses mecanismos funcionam da seguinte forma:

Exemplo (2):

(2) Um ataque cardíaco fulminante

(a) o sintagma está de acordo com a regra mórfica (1), pois é formado de **Det + TL + TL + TL**.

(b) a interpretação da seqüência de TLs dá a seguinte seqüência semântica: **centro de referência (ataque) + classificador (cardíaco) + qualificativo (fulminante)**. Esses termos designam tipos de interpretação semântica atribuídos aos diferentes termos do SN. No momento não é necessário explicitar por que **cardíaco** tem a interpretação classificadora, e assim por diante; isso será devidamente considerado na seção 4 deste capítulo.

Ora, existe uma condição sêmica (chamada **Condição x-C**) que proíbe um elemento com interpretação de “classificador” de ocorrer depois de um “qualificativo”; como isso não acontece em (2) — o classificador está antes do qualificativo — o sintagma é bem formado.

Exemplo (3):

(3) * Um ataque fulminante cardíaco

(a) o sintagma é bem formado morficamente, pelas mesmas razões que (2);

(b) mas aqui o classificador (**cardíaco**) está colocado depois do qualificativo (**fulminante**), contrariando a Condição x-C. Por isso, o sintagma é marcado como mal formado.

2. POR QUE PREFERIR A ANÁLISE SÊMICA

2.1. Prioridade do mecanismo sêmico

Imaginemos a situação em que determinado traço possa ser descrito como decorrência de uma regra formal (mórfica) ou então como decorrência de fatores sêmicos. Digamos, por exemplo, que dois elementos, **naval** e **submarina**, ocorrem sempre na ordem **naval submarina**, nunca na ordem * **submarina naval**. E por outro lado, admitamos que essa ordenação seja decorrência de um fator sêmico qualquer: **naval** tem necessariamente referência menos restritiva do que **submarina**, e em português o elemento mais restritivo vem obrigatoriamente mais à direita do menos restritivo.

Nesse caso, em princípio poderíamos descrever a ordenação de **naval** e **submarina** em termos formais: **naval** pertenceria à classe 1, e **submarina** à classe 2; e uma regra mórfica estipularia que a ordem é sempre 1-2, nunca * 2-1. Desse modo, ficariam salvas as aparências, porque afinal de contas a ordem dos dois elementos estaria descrita corretamente.

Mas estaríamos perdendo alguma coisa importante. Em primeiro lugar, não poderemos escapar de colocar em algum lugar da descrição da língua o fato de que a referência de **naval** é menos restritiva do que a de **submarina** — esse é um fato da língua, e terá de ser representado de alguma forma.

Mas se utilizarmos essa relação entre **naval** e **submarina** como base para a descrição de suas restrições de ordenação, poderemos escapar da postulação das classes 1 e 2, cuja única razão de ser é servir de base para descrever aquelas restrições de ordenação. Em outras palavras, a descrição mórfica sai necessariamente mais cara, pois requer a postulação de entidades que a descrição sêmica dispensa (as classes 1 e 2). Já a descrição sêmica lança mão de entidades que de qualquer maneira teriam de figurar na gramática (a relação de restritividade referencial entre **naval** e **submarina**).

Acreditamos que essa situação se verifica sempre que há a possibilidade de uma descrição mórfica e também de uma descrição sêmica:

esta última deve ser sempre preferida, porque as entidades sêmicas são inevitáveis (por expressarem facetas da relação das formas da língua com os conceitos), ao passo que as entidades mórficas, justamente por serem puramente estruturais (v. capítulo 1, seção 3) são em princípio dispensáveis.

Isso não quer dizer, naturalmente, que as soluções mórficas sejam inconvenientes em princípio. E' claro que há casos em que não se consegue vislumbrar nenhuma solução sêmica de complexidade equivalente. Nesses casos é forçoso adotar a análise mórfica, e essa situação ocorre com certa frequência. Mas é necessário ter em mente que as análises de base sêmica devem ser sempre preferidas quando disponíveis, pois possibilitam uma descrição mais simples e bem motivada.

O princípio acima exposto será ilustrado pelos exemplos que se seguem.

2.2. Complicações: professores e madrastas

Uma razão importante para recusarmos a solução mórfica é que em certos casos ela leva a análises e classificações inutilmente complexas. Vamos examinar um exemplo, que não é de forma alguma único.

Cada item léxico é marcado quanto a suas possibilidades de ocorrência dentro do SN; essa marcação poderia ser, em princípio, mórfica ou sêmica, segundo os fatores que governem as relações de ordem que afetam o item. Vamos examinar o item **cruel**, partindo do pressuposto (falso, a nosso ver) de que sua posição é governada por fatores mórficos.

Estamos, nessa hipótese, distinguindo as três funções mórficas PN (pré-núcleo), NSN (núcleo do SN) e Mod (modificador). Verificamos que **cruel** pode ser PN ou Mod, como nos exemplos

(4)a. Uma madrasta cruel

(7)a. Um musculoso atleta

b. Um atleta musculoso

c. ? Um musculoso professor

d. Um professor musculoso

Os exemplos são muito numerosos. Em todos os casos de anteposição livre do adjetivo verifica-se a presença do seguinte ingrediente semântico: há uma *expectativa* de que a qualidade expressa pelo adjetivo seja particularmente adequada à entidade expressa pelo substantivo. Assim, existe uma expectativa de que madrastas sejam cruéis, industriais ricos e atletas musculosos, mas não de que mães sejam cruéis, e professores ricos ou musculosos.

A natureza dessas expectativas é uma questão interessante a investigar. Certamente não se trata de crenças puras e simples: ninguém acredita seriamente que todas as madrastas sejam cruéis, por exemplo. Trata-se mais de estereótipos culturais, que no entanto, como estamos vendo, têm relevância para a análise da própria estrutura da língua.

Mas, independentemente de como analisarmos as expectativas, parece-nos inegável que elas existem, e mais, que são elas que governam a possibilidade de ocorrência anteposta de itens como **cruel**, **rico** e **musculoso**. Na análise sêmica a ser desenvolvida mais adiante, incluiremos esse fator como determinante da ordenação nesses casos.

Uma observação final: a análise mórfica aventada acima baseou-se na atribuição de marcas léxicas — por exemplo, **musculoso** seria marcado como podendo ser PN quando o NSN é **atleta**, mas não quando é **professor**. Mas isso é uma simplificação, porque o sintagma seguinte é aceitável:

(8) Um musculoso professor de karatê

Que fazer? Acrescentar o condicionamento da marca não apenas ao NSN, mas ainda ao Mod? Isso seria aumentar significativamente uma análise já de si tão complexa. Mas o pior não é isso: basear a análise em marcas léxicas formais (não motivadas semanticamente) seria fechar os olhos a algo que para nós é evidente: a aceitabilidade de (8) provém não das marcas formais dos itens envolvidos, mas da expectativa de que, embora professores em geral não sejam musculosos, professores *de karatê* são.

Temos aqui, pois, um primeiro argumento em favor de se analisar semicamente as restrições de ordenação em casos como os de (4) a (8).

2.3. FLEXIBILIDADE DOS ITENS

2.3.1. * Um barco carro

Vamos agora passar a um segundo argumento que milita em favor de uma análise sêmica dos termos finais do SN.

O sintagma seguinte é mal formado:

(9) * Um barco carro

Quais serão as razões? Vejamos primeiro uma resposta baseada na solução mórfica.

Cada item, como sabemos, é marcado segundo as funções (mórficas) que pode desempenhar dentro do SN. Assim, **um** é marcado como podendo ser Det, e só isso. Dentro da hipótese mórfica, distinguem-se ainda as funções de PN, NSN e Mod. Então, tanto o item **barco** quanto o item **carro** deverão ser marcados como [-PN, +NSN, -Mod] — ou seja, só podem ser núcleos do SN, nunca pré-núcleos ou modificadores.

Agora podemos dar uma explicação para a má formação de (9). Como só pode haver um núcleo em cada SN, (9) terá que ser analisado de uma das maneiras seguintes (deixemos de lado o determinante **um**, que não vem ao caso):

um barco carro

PN NSN

NSN Mod

PN Mod

Mas todas essas análises violam os traços de um dos itens **barco**, **carro**, ou dos dois: a primeira é mal formada porque analisa **barco** como PN, e essa palavra só pode ser NSN; a segunda é mal formada porque **carro** não pode ser Mod; e a terceira porque **barco** não pode ser PN, e **carro** não pode ser Mod. Conseqüentemente, não há análise bem formada para o sintagma (9), e por isso ele é inaceitável.

A análise sêmica é, à primeira vista, equivalente. Segundo essa análise, como vimos, não se distinguem as funções de PN, NSN e Mod — são todas a mesma função, ou seja, TL. Assim, temos que dizer que o sintagma * **um barco carro**, formado de [Det TL TL], é *morficamente* bem formado.

Isso não quer dizer que ele seja aceitável, é claro, porque pode ser (e é, segundo esta hipótese) *semicamente* mal formado. Vamos explicitar sua má formação sêmica.

Os itens se distinguem, semanticamente, segundo propriedades tais como: poderem ou não ser usados para *referir-se* a alguma entidade; e poderem ou não ser usados para *qualificar* alguma entidade. Assim, podemos usar o item **cadeira** para referir-nos a um objeto; e o item **lindo** para qualificar um objeto. Não podemos usar **cadeira** para qualificar, nem **lindo** para referir-nos a um objeto. Outros itens, como **velho**, têm as duas funções. Digamos, então, que **cadeira** tem os traços semânticos <+R, -Q>; **lindo** tem os traços <-R, +Q>; e **velho** é <+R, +Q> (usamos [] para traços formais, e <> para traços semânticos).

Os itens **carro** e **barco** são semelhantes a **cadeira**, sendo marcados <+R, -Q>; dizendo o mesmo de outro modo, **carro** e **barco** são “nomes de coisas”, mas não “qualidades”.

Agora voltemos ao sintagma (9):

(9) * Um barco carro

Vamos admitir que cada SN tem um, e apenas um, referente potencial. Mas aqui temos um SN com dois itens, nenhum dos quais pode ser usado para outra coisa senão referir-se a alguma entidade. E como as entidades são diversas, o SN tem *dois* referentes potenciais, e é portanto mal formado do ponto de vista do significado. Ou seja, as análises disponíveis todas violam as possibilidades semânticas de um dos itens, ou de ambos; ou então resultam no aparecimento de um SN com dois referentes potenciais, o que é impossível:

um barco carro

Q	R
R	Q
Q	Q
R	R

2.3.2. Maior economia da análise sêmica

Como apontamos acima, pode parecer que as duas análises são basicamente iguais — e a análise sêmica ainda teria a desvantagem de lidar com noções mais escorregadias do que a mórfica. Mas isso é apenas impressão; mostraremos a seguir que a análise sêmica apresenta vantagens bem definidas sobre a mórfica.

Em primeiro lugar, as noções (escorregadias ou não) requeridas na análise sêmica não se postulam meramente no interesse da descrição da ordem dos termos do SN; são independentemente necessárias. As afirmações semânticas utilizadas na análise acima foram as seguintes:

(a) certos itens (**barco, carro, velho, cadeira**) têm potencial de referência, isto é, podem ser utilizados para referir-se a determinadas entidades; ou, ainda, são potencialmente “nomes de coisas”;

(b) outros itens (**lindo, paternal, velho**) podem ser utilizados para qualificar entidades, isto é, podem designar qualidades;

(c) o SN tem potencial de referência;

(d) cada SN pode ter um e somente um referente.

Essas são afirmações inevitáveis na descrição da semântica da língua, independentemente de como analisarmos a ordem dos termos do SN.

As afirmações (a) e (b) são indispensáveis para a caracterização semântica dos itens em questão; isto é, em algum lugar da descrição da língua teremos que explicitar, por exemplo, que **barco** é o nome de uma coisa, e **lindo** não é. As afirmações (c) e (d) parecem ser propriedades semânticas dos sintagmas nominais em geral: sempre podem ser utilizados referencialmente (como podem também ser utilizados não-referencialmente); e nesses casos a referência é nitidamente a uma só entidade (“referente”).

Em outras palavras, as noções utilizadas na análise sêmica não precisam ser postuladas só para isso; são noções que têm seu lugar na descrição da língua por razões independentes — e a descrição da ordem dos termos do SN simplesmente pega uma carona grátis nessas noções.

Por outro lado, as noções em que se baseia a análise mórfica — especificamente as noções de “pré-núcleo”, “núcleo do SN” e “modificador” — só encontram motivação na própria descrição da ordem dos termos do SN. Se pudermos descrever essa ordem prescindindo das noções de PN, NSN e Mod estas não farão falta em nenhum outro lugar da gramática. Nesses termos, a análise sêmica é preferível à mórfica, por permitir a elaboração de uma descrição geral mais simples.

Agora: é claro que esse argumento só se sustenta se for possível explicar todas as relações de ordem em questão (as que envolvem os termos morficamente chamados PN, NSN e Mod) através de traços semânticos independentemente motivados. Mostrar isso é em parte tarefa para o futuro; no entanto, já é possível descrever semicamente um conjunto notável de fatos, o que nos anima a continuar a pesquisa nessa direção. Ou seja, das alternativas examinadas, acreditamos que a evidência disponível favorece, decididamente, a análise sêmica.

2.3.3. A flexibilidade do uso dos itens

Uma indicação que parece apontar para a análise sêmica é a flexibilidade que se observa no uso dos itens léxicos. Voltemos ao sintagma

(9) * Um barco carro

Esse sintagma é mal formado, como vimos, em virtude de **carro** não poder exprimir uma qualidade (é marcado <-Q>). Mas é fácil imaginar uma situação em que (9) passe a ser utilizado para designar determinado tipo de veículo — digamos que (9) encerra essa potencialidade, que será aproveitada quando necessário. A partir desse momento **barco carro** será um sintagma bem formado.

Todos já presenciamos o nascimento de tais sintagmas — que seriam mal formados antes de seu uso para designar o novo objeto. Por exemplo, **maternal** foi um dia restrito como **pater-nal** — ambos exprimiam uma qualidade², mas não podiam referir-se a uma entidade.

A partir de certo momento, começou-se a denominar **maternal** um tipo de escola infantil; e hoje podemos dizer **meu filho está no maternal**: o traço <-R> de **maternal** foi alterado para <+R>. **Pater-nal**, por outro lado, continua sendo <-R>, ou seja, não é nome de coisa nenhuma.

Poderíamos descrever esse fenômeno formalmente, dizendo que **maternal** era marcado como [-NSN] (não pode ser núcleo do SN), e passou a ser [+NSN]. Mas esse traço seria puramente formal, sem vinculações semânticas. E acontece que ainda nesse caso teremos de dizer (pois é verdade) que **maternal** inicialmente não era nome de uma coisa, e depois passou a ser. Ou seja, a análise mórfica peca por dizer duas vezes a mesma coisa, e por deixar de vincular a mudança observada no item **maternal** à extensão de significado sofrida por esse item.

Os exemplos são muitos; hoje dizemos **ela arranjou um amigo gato / gatíssimo**, onde se observa um fenômeno paralelo, mas não

idêntico, ao de **maternal**. **Gato** inicialmente podia ser nome de algo, mas não uma qualidade (<+R, -Q>); agora pode também ser uma qualidade (<+R, +Q>), e pode mesmo receber os elementos que exprimem a intensificação dessa qualidade: **-íssimo, muito, demais** etc.

Acreditamos que esses são fenômenos semânticos, e não formais. Mas essas mudanças alteram também as possibilidades de ordenação dos itens: assim, inicialmente não se podia colocar **maternal** ou **gato** em certas posições, que depois da alteração se tornaram acessíveis a esses itens:

(10) [1° momento] * Um maternal excelente

[2° momento] Um maternal excelente

(11) [1° momento] * Um colega gato

[2° momento] Um colega gato

Por isso achamos melhor descrever a ordem desses termos vinculando-a aos traços semânticos dos itens (mais certas condições de interpretação, que veremos abaixo).

2.3.4. Os bons e os gordos

Se adotarmos uma análise mórfica, como explicitar as marcas léxicas de um item como **bom**? Ele pode ou não pode ser NSN?

No singular, não pode:

(12) * O bom / * um bom

Mas no plural definido pode:

(13) Os bons sabem esquecer.

Uma coisa inegável é que **bom** no plural é usado para designar

uma entidade (o conjunto das pessoas boas); mas no singular não (uma pessoa boa, isoladamente, não é geralmente chamada **um / o bom**). Com **gordo** os fatos são diferentes:

(14)a. Um gordo esteve aqui nos procurando.

b. Os gordos são simpáticos.

Novamente, parece-nos natural dizer que **gordo** é usado para designar entidades, tanto no singular quanto no plural.

Dentro de uma análise sêmica as propriedades formais (distribucionais) dos itens **bom** e **gordo** podem ser derivadas das propriedades semânticas respectivas. Já na análise mórfica será necessário tratar dos dois fenômenos separadamente, negando-se, implicitamente, qualquer conexão entre eles.

Não há dúvida de que as propriedades estudadas são irregulares, próprias de cada item. Na análise sêmica, cada item tem uma idiosincrasia semântica, que explica tanto seu significado quanto seu comportamento formal; segundo a análise mórfica, teríamos que admitir que cada um dos itens examinados tem *duas* irregularidades: uma responsável por seu comportamento formal, e a outra por seu significado. A análise sêmica, ainda aqui, permite uma descrição mais simples e compacta dos fatos.

Outro exemplo seria a oposição entre

(15) Um diretor cachorro

e

(16) ? Um diretor camelo

A estranheza de (16) não precisa provir de nenhuma propriedade formal do item **camelo**; deriva automaticamente do fato de que **cachorro** em português designa não apenas uma entidade, mas ainda uma qualidade, ao passo que **camelo** só se usa para designar uma entidade, nunca uma qualidade.

3. A ANÁLISE SÊMICA: VISÃO GERAL

A argumentação do item anterior deve deixar claro, pelo menos, que a análise sêmica merece ser explorada como uma alternativa interessante para descrever algumas das relações de ordem dentro do SN. Neste item vamos lançar bases para a construção de uma análise geral do SN, no que tange à ordem de seus termos.

Em primeiro lugar, temos uma regra mórfica que fornece uma espécie de esqueleto formal do SN, a saber

PDet + Det + TL(n)

(Onde o (n) significa que pode haver mais de um TL por sintagma).

Além desse esqueleto, há restrições de co-ocorrência tais que, das combinações possíveis em princípio, só se realizam as seguintes:

PDet

PDet + Det + TL(n)

Det

Det + TL(n)

TL(n)

As combinações que não se realizam são: * **PDet Det** e * **PDet TL**³.

Cada item é marcado no léxico quanto a suas possibilidades de ocorrer em cada uma dessas três funções; como resultado, os itens ocorrentes no SN se distribuem, morficamente falando, em quatro classes.

Assim, por exemplo, o é marcado [-PDet, +Det, -TL], isto é, pode ser Det, mas não PDet nem TL. Seguem-se alguns itens, com seus traços e exemplos de sintagmas em que ocorrem em cada uma das funções possíveis:

1a. classe:o — [-PDet, +Det, -TL]

(17) O rapaz (Det)

2a. classe:todos — [+PDet, -Det, +TL]

(18)a. Todos os rapazes (PDet)

b. Os rapazes todos (TL)

3a. classe:meu, velho — [-PDet, -Det, +TL]

(19) Meus amigos / amigos meus (TL)

(20) Um velho / Um livro velho (TL)

4a. classe:algum — [-PDet, +Det, +TL]

(21)a. Alguns rapazes (Det)

b. Rapaz algum (TL)

As possibilidades conhecidas são essas quatro. Não se conhece, por exemplo, nenhum item que só possa ser PDet, ou que possa ser PDet ou Det, ou que possa ocupar todas as três funções mórnicas. Desse modo, os itens chamados “nominais” se dividem morficamente em quatro classes, cada uma delas definida por uma das matrizes de traços acima. Não há correspondência direta entre as quatro classes e

as classes tradicionais; os “substantivos”, por exemplo, não se distinguem morficamente dos “adjetivos”.

Naturalmente, essa pobreza da classificação mórfica é amplamente compensada pela complexidade da classificação sêmica. Isto é, não estamos afirmando que **meu, Maria, velho e paterno** sejam gramaticalmente idênticos. São apenas *morficamente* idênticos; mas há entre esses itens diferenças semânticas que redundam inclusive em diferenças de possibilidade de ordenamento dentro do SN.

Finalmente, existem itens na língua que são marcados negativamente para as três funções: [-PDet, -Det, -TL]. Esses são os itens não-nominais (ou seja, que não podem ocorrer como termos imediatos de um SN): **com, sempre, cheguei** etc. — ou seja, os que a gramática tradicional **não** coloca nas classes “substantivo”, “adjetivo”, “pronome”, “artigo” e “numeral”. Esses itens não fazem parte do presente estudo.

A regra mórfica vista é responsável pela descrição de parte das relações de ordem no SN; assim, sintagmas como (22) e (23) são morficamente mal formados, o que explica sua inaceitabilidade:

(22) * Homem aquele

(23) * Irritante aquele velho⁴

As regras (condições etc.) sêmicas se limitam a fornecer explicações para as restrições de ordem entre várias ocorrências de TL. Ainda assim, como se verá, o mecanismo sêmico é bastante complexo, acompanhando a complexidade das condições que afetam a ordenação dos TLs. Esse mecanismo se compõe, segundo nossa análise, de condições a que chamaremos CSPs (condições semântico-pragmáticas), refletindo o fato de que lançam mão de informação não apenas semântica, como também pragmática. As CSPs atuam como filtros, marcando como mal formados muitos sintagmas que não apresentam má formação mórfica.

E’ bem provável que as CSPs não passem de regras semântico-

pragmáticas do tipo usual, isto é, regras que atribuem interpretações a estruturas mórficas. Quando a interpretação atribuída for mal formada, o sintagma será igualmente marcado como mal formado.

Por exemplo, o sintagma

(24) ?? Uma escola estadual pública

é morficamente bem formado, mas uma CSP o marca como (relativamente) mal formado. Acontece que dos dois últimos TLs (**estadual pública**) o primeiro é de significado mais restritivo do que o segundo; e há uma CSP que estipula que a ordem deve ser do menos restritivo para o mais restritivo (Condição de Restritividade Crescente; ver a seção 2.3 do capítulo 4). Se invertermos a ordem dos dois últimos termos, o sintagma fica melhor:

(25) Uma escola pública estadual

Entendendo-se a CSP como o resultado da aplicação de uma regra de interpretação, (24) seria processado da seguinte maneira:

1ª etapa (mórfica): o sintagma é bem formado.

2ª etapa (sêmica): os três TLs recebem as seguintes interpretações:

a) **escola** é “indicador” (ver adiante, seção 2.4);

b) o segundo TL (logo após o indicador), **estadual**, recebe interpretação *menos restritiva* = mais abrangente) do que o terceiro (**pública**);

c) mas agora a interpretação atribuída a **estadual** e **pública** se choca com o significado desses itens: com efeito, (as escolas) estaduais se entendem como um subconjunto das públicas, e portanto **estadual** não pode receber interpretação menos restritiva do que **pública**.

Por isso, o sintagma tem interpretação anômala, e é marcado como mal formado.

Esse é, em resumo, o mecanismo que dá conta da ordem dos termos dentro do SN. A regra mórfica é muito simples, e não requer maiores explicações; a seguir, vamos desenvolver os detalhes do mecanismo sêmico utilizado na descrição.

4. INDICADOR⁵

Como se viu, a análise que propomos não distingue mais do que três funções mórficas dentro do SN: pré-determinante (PDet), determinante (Det) e termo livre (TL). O TL pode ocorrer repetido, e nesses casos a ordem das diversas ocorrências não costuma ser livre; depende de condições semântico-pragmáticas (CSPs), que são possivelmente manifestações de regras de interpretação semântica (regras de projecção) do tipo usualmente encontrado na literatura.

Ora, algumas dessas CSPs precisam ser formuladas a partir de um ponto fixo. Esse ponto privilegiado será aqui denominado **indicador (Ind)**, e sua definição será de base semântica. No sintagma

(2) Um ataque cardíaco fulminante

o Ind é o termo **ataque**. Ele em geral corresponde ao que se costuma chamar “núcleo do SN”. Admitimos também a existência de SNs sem indicador, e esses são muitas vezes analisados como sem núcleo. Ou seja, provavelmente a noção de indicador aqui adotada captura basicamente a intuição tradicional de “núcleo do SN”. Mas as duas análises não se sobrepõem, porque há casos em que nos parece que a análise tradicional distinguiria um núcleo, e nos quais a presente proposta não distingue indicador.

4.1. O QUE É O INDICADOR

Para termos uma idéia clara do que vem a ser o indicador será necessário tratar brevemente de alguns aspectos da semântica do SN

e dos itens léxicos que o integram.

Vamos considerar primeiro os itens léxicos que podem ser constituintes imediatos do SN. Trata-se de itens como **carro**, **paternal** e **amigo**. Cada um deles, naturalmente, se associa a uma matriz semântica que especifica seu sentido; e podemos entender essa matriz como um feixe de traços, cada um dos quais explicita um aspecto desse sentido.

Em particular, os itens se dividem conforme tenham ou não *potencial referencial* — isto é, conforme possam ou não ser utilizados para designar entidades do mundo real ou imaginário. Assim, **carro** pode ser usado para designar uma entidade: um certo tipo de veículo ou um exemplar desse tipo de veículo. **Amigo** se assemelha a **carro** porque também pode ser utilizado referencialmente, para designar uma entidade. Já **paternal** não tem essa potencialidade. Para dizer isso em termos mais simples, existe uma coisa (ou um tipo de coisa) que se chama em português **carro**, e o mesmo para **amigo**; mas não existe nada que se chame em português **paternal**. Ou, em termos de traços, **carro** é marcado com o traço <+R> (tem potencial referencial), e **paternal** com o traço <-R> (não tem potencial referencial).

Paternal, naturalmente, tem outras possibilidades semânticas, expressas por outros traços. Esse item pode, por exemplo, exprimir uma qualidade predicada de alguma entidade, como em **um gesto paternal**. Diremos que **paternal** pode ser *qualificativo*, sendo marcado no léxico com o traço <+Q>. O item **amigo** é igualmente marcado <+Q> como mostra seu uso em **um gesto amigo**; mas **carro** nunca pode ser usado nessa acepção, e deve ser marcado <-Q>. Finalmente, **amigo** é também marcado <+R>, porque pode ser usado referencialmente, como em **meu amigo**. Em resumo, os três itens são marcados no léxico com os traços semânticos seguintes:

carro: <+R, -Q>
paternal: <-R, +Q>
amigo: <+R, +Q>

O significado do SN depende, em parte, desses traços. Por exemplo, no SN

(26) Um amigo

o item **amigo** poderá ter a acepção “R” ou a acepção “Q”. Note-se que atribuir a **amigo** os traços léxicos $\langle +R, +Q \rangle$ significa dizer que esse item *pode ter* acepção referencial. Mas em um SN específico, como (26), **amigo** precisa ser ou “R” ou “Q”, nunca ambas as coisas. Colocamos entre ângulos $\langle \rangle$ os traços léxicos, que definem potencialidades; e entre aspas “ ” os traços realizados em um SN específico.

Como se viu, e pelo que sabemos até agora, **amigo** em (26) pode ser “R” ou “Q”. Isso vai contra nossa intuição, pois ao lermos (26) só entendemos que **amigo** se refere a uma entidade (uma pessoa), e exprime uma qualidade. Isso é derivado da seguinte restrição, que parece válida para toda a língua:

Restrição I: Todo SN precisa ter um referente.

Ora, veremos adiante (seção 4.3) que a determinação do referente se faz em duas etapas. A primeira é verificar se há algum item marcado $\langle +R \rangle$; se houver, esse item terá que assumir a acepção “R”. A segunda etapa só se realiza se não houver possibilidade de interpretar nenhum item como “R”.

Em (26), a primeira etapa identifica **amigo** como item dotado de potencialidade referencial (marcado $\langle +R \rangle$). Assim, essa acepção é forçada a se realizar, e a interpretação que emerge é a que tem **amigo** como “R”. Isso explica por que a acepção “Q” nunca ocorre com **amigo** em (26). Já em

(27) Um gesto amigo

é possível tomar **amigo** como “Q”, porque **gesto** é marcado $\langle +R \rangle$, e pode ter a acepção “R”.

O resultado desse processo é que, sempre que um SN tiver pelo menos um item $\langle +R \rangle$, haverá nesse SN um item com acepção “R”. Além disso, da restrição

Restrição II: Cada SN tem *apenas um* referente

decorre que cada SN tem apenas um termo em acepção “R”⁶.

Em outras palavras, cada SN tem no máximo um termo em acepção “R”; e a esse termo daremos o nome de **indicador (Ind)**. Voltando aos exemplos acima, temos que em

(26) Um amigo

o indicador é **amigo**. E em

(27) Um gesto amigo

o indicador é **gesto**. E nunca é demais lembrar que **indicador** é uma noção semântica: não há diferença mórfica entre **gesto** e **amigo** em (27) (são ambos TLs); mas sua interpretação é diferente: **amigo** é “Q”, **gesto** é “R”.

Note-se que pode haver SNs sem nenhum termo “R”, isto é, sem indicador. Esses SNs recebem seu referente na segunda etapa mencionada acima. O processo de atribuição do referente será explicitado na seção 4.3.

Vejamos, antes, mais alguns exemplos. O sintagma

(28) Todos (como em *todos gostam de Marília*)

não tem indicador, porque o único item léxico presente, **todos**, não tem potencial referencial (é marcado <-R>). Ou seja, não há nenhuma entidade (pessoa, objeto, abstração) que se chame em português **todos**. Esse item tem uma função semântica, claro, mas apenas de quantificar, nunca de referir-se a algo. Por outro lado, o *sintagma todos* tem um referente (equivale a “todas as pessoas”); como veremos, esse referente é atribuído ao sintagma na segunda etapa do processo.

Em

(29) Todas essas casas

o indicador deve ser **casas**, porque é o único item presente marcado <+R>. Nem **todas** nem **essas** podem, por si sós, referir-se a algo; são palavras que, no léxico (em “estado de dicionário”) não se referem a coisa nenhuma em particular, e recebem por isso o traço <-R>.

Agora vejamos

(30) O livro vermelho

Como sabemos, o item **vermelho** pode ser usado qualificativamente, isto é, pode exprimir uma qualidade; diremos isso marcando-o com o traço semântico <+Q>. Esse item também pode ser usado referencialmente (para designar uma entidade), como em

(31) O vermelho está na moda

Por isso, vamos marcá-lo também com o traço <+R>. Assim, a marcação de **vermelho** é <+Q, +R>.

Já o item **livro** nunca pode designar uma qualidade; por isso, será marcado negativamente para o traço <Q>. Mas **livro** pode, como é óbvio, designar uma entidade (um objeto), e por isso é <+R>. Sua marcação completa é, pois, <-Q, +R>.

De posse dessas informações, levantamos as possibilidades de análise semântica do sintagma **o livro vermelho** (deixando de lado o Det, que é marcado <-R>). As possibilidades são:

o livro vermelho

- (a) “Q” “Q”
- (b) “Q” “R”
- (c) “R” “Q”
- (d) “R” “R”

A alternativa (a) fica excluída porque resultaria em um sintagma sem nenhum termo “R”, e portanto sem indicador — desobedeceria a restrição I, isto é, seria um SN incapaz de uso referencial, o que pare-

ce não ocorrer.

A alternativa (d) também não se realiza porque teríamos dois termos usados referencialmente, o que desobedeceria a restrição II, e ocasionaria um choque semântico: o SN só pode ter um referente, e aí estão indicados dois. Podemos perceber isso intuitivamente colocando a questão nos seguintes termos: um SN pode referir-se a um livro ou a uma cor, mas não simultaneamente às duas coisas.

Restam as alternativas (b) e (c). Mas (b) exige que **livro** seja qualificativo, e já sabemos que esse item é marcado <-Q>; logo, a aceção (b) é mal formada. Resta (c), que é bem formada, pois está de acordo com os traços de ambos os itens. Assim, o Ind é **livro**.

Outro exemplo é o sintagma

(32) Um velho palhaço

Tanto **velho** quanto **palhaço** são marcados <+Q, +R> — essas marcas captam a intuição dos falantes de que ambas essas palavras podem designar entidades (“um velho”, “um palhaço”) ou exprimir qualidades (“ser velho”, “ser palhaço”). Assim, as interpretações possíveis, em princípio, seriam

um velho palhaço

- (a) “Q” “Q”
- (b) “Q” “R”
- (c) “R” “Q”
- (d) “R” “R”

A restrição I determina que (a) é mal formada, porque não inclui nenhum item referencial; e a restrição II estabelece que (d) é mal formada porque levaria à determinação de dois referentes.

Mas tanto (b) quanto (c) escapam às restrições; além do mais, coadunam-se com as marcas léxicas dos dois itens. Logo, o sintagma (32) deve ter duas aceções; e com efeito é ambíguo, podendo signi-

ficar “palhaço idoso” ou então “velho que se comporta como palhaço”.

Agora tomemos um caso diferente:

(33) Um palhaço velho

Este SN, ao contrário de (32), não apresenta ambigüidade — refere-se necessariamente a um palhaço (de circo), nunca a uma pessoa idosa qualquer. Como representar esse fato na análise?

Para responder teremos que lidar com um terceiro traço, que por ora será denominado simplesmente <X>. Trata-se da diferença semântica (qualquer que seja) entre os adjetivos antepostos e os adjetivos pospostos.

A determinação exata da diferença semântica (ou, muito provavelmente, da gama de diferenças semânticas) associadas à posição do adjetivo é uma questão em aberto, discutida (de forma muito preliminar) na seção 4.4 deste livro. Mas uma coisa é clara: a colocação de um adjetivo antes ou depois do substantivo (ou melhor, a colocação de um TL antes ou depois do TL interpretado como indicador) acarreta uma mudança semântica. Para evitar entrar no assunto a esta altura, digamos que o TL anteposto (antes do Ind) recebe a interpretação <+X>.

Os itens léxicos são, naturalmente, marcados quanto à possibilidade de receberem eventualmente a interpretação “X”. E acontece que **velho** é <+X>, como atesta sua facilidade de ocorrer anteposto:

(34)a. Um velho amigo

b. Aquela velha camisa de malha

c. Minhas velhas convicções etc.

Atribuímos essa facilidade de anteposição à presença do traço <+X> na matriz semântica de **velho**.

Já **palhaço** não tem essa possibilidade:

(35)a. * Um palhaço rapaz (*mas*: um rapaz palhaço)

b. * Seus palhaços irmãos (*mas*: seus irmãos palhaços)

Assim, marcaremos **palhaço** como <-X>.

Agora podemos voltar a

(33) Um palhaço velho

Se quisermos fazer de **velho** o indicador, então **palhaço** estará anteposto, e receberá a interpretação “X”. Mas acontece que **palhaço** não pode receber essa interpretação, porque é lexicamente marcado <-X>. Logo, a interpretação de (33) em que **velho** é Ind é mal formada.

Se escolhermos **palhaço** como Ind, o problema não surge, porque o TL posposto ao Ind recebe interpretação “Q” — e, como já vimos, **velho** admite essa interpretação, sendo marcado <+Q>. Portanto, (33) tem apenas uma interpretação possível, aquela em que **palhaço** é Ind — e portanto o CR é “palhaço” — e **velho** exprime uma qualidade de “palhaço”.

Acabamos de exemplificar o funcionamento do mecanismo que determina qual dos diferentes termos do SN é o indicador — isto é, o termo com a acepção “R”, que fornece o ponto de partida para a determinação do referente do SN. Como se viu, o processo parte das marcas semânticas contidas na matriz léxica de cada item, e **prescinde totalmente de informações quanto à função mórfica dos itens**.

Na prática, contudo, um determinante ou um pré-determinante nunca poderão ser indicadores — mas isso decorre não de sua função mórfica, mas antes do fato de que os itens que preenchem essas funções são todos marcados <-R>: **todos, ambos, o, um, este** etc. Há também itens que ocorrem na função de TL e que são marcados <-R>, não sendo portanto aceitáveis como indicadores: **muitos, poucos** etc.

4.2. O CENTRO DE REFERÊNCIA

A relevância semântica do indicador provém do fato de que ele é uma das pistas para a determinação do referente do sintagma. E a determinação do referente começa pela determinação do **centro de referência**. Vamos tratar agora dessa questão.

Acreditamos que todo SN *tempotencial referencial*, ou seja, ainda que não tenha necessariamente um referente identificável, sempre tem o poder de indicar um, dadas condições favoráveis. Assim, em

(37) Um elefante azul pisou no meu pé.

o SN **um elefante azul** denota um indivíduo identificável, pressuposto como existente. Esse mesmo SN pode ser utilizado denotando um referente virtual (isto é, entendido como existente em um mundo imaginário) como em

(38) Um elefante azul seria uma sensação.

Aqui o SN denota um indivíduo potencial, mas entendemos que ainda assim tem um referente. Isso foi expresso acima na restrição I.

Assim, o SN **um elefante azul** se associa a um conceito referencial, “elefante azul”⁷. E esse conceito, por sua vez, é resultado de uma operação de restrição que parte do conceito mais amplo “elefante”; o elemento **azul** restringe esse conceito, delimitando-o mais estreitamente.

Dessa maneira, no SN **um elefante azul** podemos distinguir (pelo menos) dois conceitos: “elefante” e “elefante azul”. O segundo é apenas o resultado de restrição do primeiro.

O conceito mais amplo de todos os que são referencialmente associados ao SN será denominado **centro de referência (CR)**; no caso de **um elefante azul**, o CR é “elefante”. Segundo a concepção aqui adotada (e que devemos a Liberato), a semântica do SN sempre envolve um conceito referencial (um referente potencial), que pode ser simples, como em **Maria**, ou resultado de uma operação de restrição

progressiva de conceitos, como em **aquele meu livro amarelo**: “livro” > “livro amarelo” > “meu livro amarelo” > “aquele meu livro amarelo”. Cada estágio dessa operação delimita um conjunto mais restrito do que o anterior. Note-se que o centro referencial não é um termo do SN — é um *componente da interpretação do SN*.

O CR nem sequer é o resultado necessário do processamento de um termo do SN: no caso de **um elefante azul**, o CR, “elefante”, está associado a um item léxico presente no SN, **elefante**. Mas isso nem sempre acontece; no SN **poucos**, como em

(39) *Poucos* votaram em mim.

o centro referencial (o conjunto referencial básico denotado pelo SN) é “pessoas”, ou coisa equivalente. Mas não há no SN nenhum item que se associe diretamente ao conceito “pessoas”. Veremos mais adiante como surge esse conceito na interpretação do SN; por ora, bastenos a observação de que o CR não é necessariamente representado por um termo explícito do SN.

O que nos interessa no momento é o seguinte: o CR, na maioria dos casos, está associado a um termo do SN, que é justamente o que denominamos **indicador**. O indicador é portanto o item léxico presente no SN e que é lexicamente associado ao centro de referência; é o caso de **elefante** no exemplo acima. Já o SN **todos** em (39) não tem indicador, embora tenha centro de referência (“pessoas”).

4.3. DETERMINAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA

4.3.1. Pelo indicador

Uma vez identificado o indicador, o centro de referência do sintagma (ou, talvez melhor, o centro de referência *evocado pelo sintagma*) decorre de seu significado: seu sentido e suas potencialidades referenciais. No SN

(30) O livro vermelho

o indicador, como vimos, é **livro**. O significado desse item delimita um conjunto de referentes (por exemplo, o livro azul, o preto e o vermelho que estão em cima da minha mesa; mas não a mesa, nem eu próprio etc.). Em outras palavras, no momento em que se identifica **livro** como o indicador de (30), fica-se sabendo que haverá uma referência qualquer a um objeto contido no conjunto delimitado dos livros. Dizemos então que o centro de referência evocado por (30) é “livro”. Naturalmente, o SN não se refere a qualquer livro, porque há ainda outros elementos a levar em conta: **o**, **vermelho** e a marca de singular. A contribuição desses elementos para a determinação do referente se limitará a restringir, de uma ou outra forma, o conjunto delimitado pelo CR: **vermelho** exclui todos os livros de outras cores, e **o** exclui livros não *dados* (não presentes no contexto, ou melhor, na *consciousness* do ouvinte: ver Chafe, 1976; Liberato, 1980). Além disso, a marca de singular exclui a possibilidade de se tratar de mais de um livro.

Em resumo, em um SN que tenha indicador, este é a pista para a determinação do centro de referência; e o centro de referência é o primeiro passo na delimitação do referente pretendido.

4.3.2. Por ausência

No entanto certos SNs não têm indicador. Isso acontece quando nenhum dos termos tem a marca <+R>, isto é, nenhum deles tem a possibilidade de interpretação referencial. E’ o caso de **poucos** em

(39) Poucos votaram em mim.

Poucos é um TL, mas é preenchido por um único item (**poucos**), e este é marcado <-R>.

Ainda nesses casos é necessário que haja um CR, pois esses sintagmas podem receber interpretação referencial. Isso pode parecer contraditório, mas não é: o *item léxico* **poucos** não pode ter referên-

cia própria; mas o *sintagma poucos* pode.

A coisa pode ser expressa da seguinte forma: a palavra **poucos** não dá nenhuma indicação do referente ou referentes a que se aplica; na verdade, vale para qualquer referente. Seu significado é puramente quantificativo. Mas não se pode negar que o sintagma **poucos** em (39) tem um referente (algo como “poucas pessoas”); assim, é forçoso admitir que o sintagma tem um centro de referência atribuído pelas regras sêmicas. Aqui, naturalmente, o processo é diferente do que se viu para casos em que existe indicador.

Parece que nos casos de SN sem indicador o CR é preenchido por ausência, *e é sempre uma referência a ser ou seres humanos*. Em (39), é bem claro que **poucos** se refere a poucas pessoas, não a animais ou objetos. No caso, pode-se argumentar que isso se deve ao verbo **votar**, que denota uma atividade desempenhada apenas por seres humanos. Mas verifica-se a mesma interpretação de **poucos** em

(40) Poucos pesam mais de 100 quilos.

(41) Encontrei poucos no quintal da minha casa.

(42) ?? Poucos transcorrem sem problemas.

Em (40) e (41) (em situação não anafórica, lembramos) é impossível entender que se fala de poucos cafeeiros, ou computadores, ou cabritos; trata-se sempre de pessoas; mas não há incompatibilidade semântica entre “cabritos”, “computadores” ou “cafeeiros” e os predicados “encontrar no quintal” e “pesar mais de 100 quilos”. Já (42) poderia estar falando de “dias”, como em

(43) Poucos dias transcorrem sem problemas.

Mas não é possível entender (42) como falando de “dias”. Ali, como nos outros casos, **poucos** refere-se a pessoas, e conseqüentemente a frase é semanticamente mal formada, dada a incompatibilidade de “pessoas” com o sentido do verbo **transcorrer**.

Assim, podemos concluir com segurança que um sintagma composto apenas de **poucos** evoca um CR correspondente ao conceito “pessoas”.

O preenchimento por ausência funciona para os itens desprovidos de potencialidade referencial, como **poucos**, **todos**, **alguns**. Outros itens, igualmente <-R>, não provocam preenchimento porque, aparentemente por razões mórficas, não podem ocorrer sozinhos no sintagma: **este**, **o**.

Um aspecto a estudar no processo de preenchimento por ausência é que ele não se pode aplicar se houver qualquer possibilidade de preenchimento por outra via. Assim, no sintagma

(44) **Poucos mamíferos**

os dois itens têm os seguintes traços:

poucos: <-R>

mamíferos: <+R, +Q>

Assim prevê-se, em princípio, duas interpretações possíveis para esse sintagma: na primeira o indicador seria **mamífero**, e o significado seria “pequena quantidade de mamíferos”. Mas como **mamífero** também pode ser “Q”, poderíamos ter uma interpretação na qual nenhum dos dois itens é “R”, ou seja, não haveria indicador. Nesse caso, ocorreria o preenchimento por ausência, resultando na interpretação “poucas pessoas mamíferas”. Entretanto, por alguma razão essa interpretação não surge: (44) não tem uma acepção em que se refira necessariamente a pessoas. As causas do não aparecimento dessa acepção não são de todo claras; por ora, diremos que o preenchimento por ausência só se processa se nenhuma interpretação for possível através do preenchimento direto (pelos traços semânticos).

Outra característica a investigar é que aparentemente o preenchimento por ausência só se aplica a SNs mínimos, isto é, constantes de um único termo. Assim, os SNs

(45) * Os poucos

(46) * Todos os poucos etc.

são inaceitáveis (a não ser, talvez, em situação de retomada anafórica, que não nos interessa aqui).

4.3.3. Especialização de significado

Há alguns casos que poderiam, à primeira vista, ser incluídos no preenchimento por ausência. Aqui vamos argumentar que não se trata disso, mas antes de especialização de significado. Um exemplo é o sintagma

(47) O gordo

Sabemos que esse sintagma significa necessariamente “a pessoa gorda”, nunca, digamos, “o filé gordo”. Não seria o caso de estendermos o preenchimento por ausência também a este caso? **Gordo** seria um item sem potencialidade referencial (só qualificativo), e o SN receberia um CR “humano”.

Há, porém, outros fatos relacionados a SNs como (47) que lançam dúvidas sobre essa análise, de modo que vamos rejeitá-la. Em primeiro lugar, note-se que o preenchimento por ausência não afeta o item léxico, mas antes o SN a que ele pertence. Assim, embora o SN **poucos** receba um CR “humano”, o mesmo não se dá com SNs compostos de outras formas da mesma palavra: **poucas**, **pouco**, **pouca**. Assim, o sintagma **poucas**, como em

(48) Poucas votaram em mim

só é aceitável em situação anafórica, ao contrário de **poucos**.

Com **gordo** a situação é outra; a *palavra gordo*, em qualquer de suas flexões, pode ser utilizada livremente para significar “uma pes-

soa gorda”:

(49) Encontrei o gordo no elevador.

a gorda

os gordos

as gordas

Assim, parece-nos mais apropriado dizer que o ingrediente semântico “humano” se associa ao *item léxico gordo*, e não que é decorrente da estrutura em que **gordo** se encontra no caso específico de (47). Temos aqui um fenômeno léxico, e não estrutural.

Outra razão para adotar essa análise é que o ingrediente semântico acrescentado não é sempre “humano”. Comparem-se

(50) Um gordo (“humano”)

(51) O verde (“cor”)

(52) O belo (“qualidade”)

(53) O negro (“cor”, ou “humano”)

(54) O celular (“telefone”)

(55) A plástica (“cirurgia”, ou “corpo”)

(56) O visual (“aspecto”)

(57) O maternal (“tipo de escola”)

E’ claro que captar essa variedade no processo de preenchimento por ausência nos levaria a complicações indesejáveis: não apenas pela complicação em si, mas porque fenômenos anomalísticos como esse são exatamente o tipo de informação que se codifica no léxico.

Preferimos dizer, pois, que os itens léxicos **gordo**, **verde**, **negro**,

maternal têm seu significado especializado nos casos em que ocorrem sozinhos. Em outras palavras, **gordo** é marcado como podendo ser qualificativo ou então referencial: <+Q, +R>. Já o item **duro**, tradicionalmente um adjetivo como **gordo**, não tem (usualmente) o traço <+R>, e por isso não aparece sozinho ou só com determinante no sintagma:

(58) * O duro

A marcação <+Q, +R> é extremamente comum entre os chamados “adjetivos” do português; em cada caso, o uso referencial envolve um ou uns poucos elementos privilegiados. Assim, **o gordo** é sempre uma pessoa; **o verde** é sempre uma cor; **o caro** (como em **o caro sai barato**) uma qualidade; **plástica**, uma cirurgia em **mamãe fez uma plástica**, ou o corpo em **a plástica dela é fenomenal**; e assim por diante. E’ preciso dizer que ainda aqui a presença do ingrediente “humano” é especialmente comum; mas, como vimos, as indicações são de que esse ingrediente se vincula ao item léxico, e não à estrutura. Chamaremos esse fenômeno *especialização de significado*: **gordo**, que quando qualificativo pode referir-se a qualquer coisa “gorda” (pessoa, animal, filé), quando referencial só se refere a pessoas⁸.

Usando termos menos técnicos, diríamos que nossa análise equivale a dizer que uma palavra como **gordo** é, entre outras coisas, o nome de alguma coisa; mas uma palavra como **poucos** não é nome de nada (embora possa servir de base estrutural para evocar o conceito de ser humano).

4.4. OUTRA VEZ OS ADJETIVOS ANTEPOSTOS E POSPOSTOS

Utilizamos acima o traço <X>, definindo-o provisoriamente como “o que quer que distingue semanticamente adjetivos antepostos de adjetivos pospostos” — isto é, TLs colocados antes do indicador de TLs colocados após ele. Vamos agora tentar explicitar melhor esse traço; e veremos que, apesar de muito trabalho já realizado (ver por

exemplo o levantamento apresentado por Waugh, 1977), a diferença semântica em questão ainda não é plenamente compreendida. No entanto, parece-nos inegável que o adjetivo anteposto difere semanticamente do posposto, embora muito provavelmente não se trate de um único tipo de diferença para todos os casos. Isto é, nenhuma das propostas dá conta, sozinha, dos fatos observados. Suspeitamos que qualquer solução terá de ser complexa, isto é, não deve existir uma aceção típica de cada uma dessas posições: em vez, cada posição pode exprimir um conjunto de aceções, e algumas delas são comuns a ambas as posições, pelo menos em certos ambientes.

No que se segue, para facilitar a leitura, falaremos de “adjetivo anteposto” e “adjetivo posposto” como equivalentes informais de “TL anteposto ao indicador” e “TL posposto ao indicador”, respectivamente.

4.4.1. Restritivos e não-restritivos

Talvez a oposição semântica mais freqüentemente mencionada em conexão com a posição do adjetivo seja a oposição **restritivo / não-restritivo** (ou **explicativo**). Assim, nos exemplos

(59) Os cozinheiros gordos se apresentaram para o serviço.

(60) Os gordos cozinheiros se apresentaram para o serviço.

não há dúvida de que (59) se refere apenas aos cozinheiros gordos, e fica entendido que havia também alguns cozinheiros não gordos (e esses não se apresentaram). Já em (60) a interpretação mais imediata é de que todos os cozinheiros eram gordos, e todos se apresentaram. Diz-se então que **gordos** é restritivo em (59), e não-restritivo em (60).

Como a diferença semântica apontada em (59) - (60) se correlaciona com uma diferença de posições, conclui-se às vezes que um adjetivo é restritivo quando ocorre posposto, e não-restritivo quando ocorre anteposto.

A oposição **restritivo / não-restritivo** é, entretanto, insuficiente

para descrever todos os casos, porque a diferença de restritividade nem sempre é evidente. Em certos casos parece que a oposição se neutraliza por razões pragmáticas; assim, em

(61) *A pálida lua* iluminava o pátio.

(62) *A lua pálida* iluminava o pátio.

não se vê a diferença semântica associada à posição do adjetivo porque a lua é uma só, e portanto a restritividade fica obscurecida.

Em outros exemplos a razão deve ser outra:

(63) A igreja de S. Zé é *um belo edifício*.

(64) A igreja de S. Zé é *um edifício belo*.

Talvez a neutralização decorra da indefinidade do SN nessas frases. Com efeito, pelo menos em certos casos se pode dizer que a presença do determinante indefinido impede a interpretação restritiva:

(65) O edifício alto pegou fogo.

(66) Um edifício alto pegou fogo.

O adjetivo é claramente restritivo em (65), mas não em (66). Resta verificar se esse efeito se deve à indefinidade do determinante ou a algum fenômeno concomitante, tal como o “status” de **novo** do SN em (66), em oposição ao “status” de **dado** que é o mais provável para (65).

Outro problema com a teoria de que o adjetivo anteposto é não-restritivo é que quando este é comparativo entende-se como restritivo:

(67) O mais alto edifício pegou fogo.

A interpretação de (67) pressupõe que havia outros edifícios, que

não pegaram fogo — ou seja, a interpretação de **mais alto** é claramente restritiva (isso deve provir, evidentemente, da semântica própria dos comparativos).

Os exemplos vistos acima deixam suficientemente claro que a oposição **restritivo / não-restritivo**, embora tenha algo a ver com a diferença mórfica entre modificadores e pré-núcleos, não pode ser simplesmente posta em correlação com ela; ou seja, se há relação entre **restritivo / não-restritivo**, de um lado, e **posposição / anteposição**, por outro lado, não se trata de uma correlação bi-unívoca e simples.

4.4.2. Intensão e extensão

Tem-se observado que os TLs diferem segundo um outro fator semântico: podem incidir sobre a **extensão** (ou **referência**) do núcleo, ou então sobre sua **intensão** (ou **sentido**). Assim, em

(68) Um pianista gordo

o TL **gordo** vale para a extensão denotada por **pianista**. Por conseguinte, se substituirmos **pianista** por qualquer nome co-referente, as condições de valor de verdade não se alterarão: se Chico é um pianista gordo, será também um homem gordo, um brasileiro gordo etc. Já em

(69) Um pianista frustrado

o TL **frustrado** vale para a intensão de **pianista**, isto é, para seu sentido, mas não para sua referência. Se Chico é um pianista frustrado, isso não quer dizer que ele seja um homem frustrado, ou um brasileiro frustrado. E', pode-se dizer, apenas frustrado enquanto pianista.

Podemos, pois, distinguir TLs **extensionais**, como **gordo** em (68), e TLs **intensionais**, como **frustrado** em (69). Mas os próprios exemplos dados, (68) e (69), mostram que essa diferença semântica não se

E' preciso concluir que a oposição (semântica) **intensional / extensional**, tal como a **restritivo / não-restritivo**, pode ter alguma relação com a oposição **anteposto / posposto**, mas essa relação certamente não é bi-unívoca, e não autoriza uma caracterização semântica daquelas funções.

4.4.3. Relação semântica com advérbios em -mente

Vejamos agora outra proposta, que como as demais só oferece uma solução parcial, mas que provavelmente será de interesse para a eventual elaboração de uma caracterização semântica do adjetivo anteposto frente ao posposto.

Milner, 1967 (*apud* Waugh, 1977), tratando do francês, distingue os adjetivos antepostos em duas classes, baseando-se em certas correlações sintáticas e semânticas. A primeira dessas duas classes é exemplificada pelos pares abaixo:

(72)a. Un simple soldat / un soldat simple

b. Un ancien roi / un roi ancien

c. Une vraie épopée / une épopée vraie

d. Une vague idée / une idée vague

e. Une apparente folie / une folie apparente

Os itens dessa primeira classe têm as seguintes propriedades:

(i) não podem ocorrer antepostos com comparativo ou superlativo:

* **une moins simple robe**;

(ii) não se coordenam com adjetivos não pertencentes à mesma classe: * **une simple et petite porte**;

(iii) não podem ser usados predicativamente com o mesmo significado: **le professeur est ancien** corresponde a **professeur ancien**, não a **ancien professeur**;

(iv) podem ser usados sem artigo em posição de predicativo, ao contrário dos outros adjetivos: **Jean est simple soldat**, mas não * **Jean est pauvre soldat**;

(v) correlacionam-se semanticamente com advérbios morfologicamente relacionados: **Jean était anciennement un professeur** / **Jean est un ancien professeur**.

Essas propriedades se aplicam a alguns dos adjetivos anteposíveis. Outros não as possuem, constituindo a segunda classe; esta também se distingue semanticamente entre adjetivos que mudam nitidamente o significado ao se anteporem (**homme grand** / **grand homme**) e adjetivos que conservam o mesmo significado (**verts pâturages** / **pâturages verts**; **courageux soldat** / **soldat courageux**). Note-se que em português os adjetivos que só ocorrem antepostos se dividem entre as duas classes; assim, **mero** e **pretensoso** ocorrem em SNs correlatos semânticos de construções com **meramente**, **pretensamente**; mas SNs com **meio**, **reles** não têm tal correlatos.

Milner propõe para os casos com adjetivos da primeira classe uma análise (transformacional) que não precisamos considerar aqui. Já sua classificação dos tipos de adjetivos, assim como as propriedades observadas, são de grande interesse. Acreditamos que as propriedades se aplicam igualmente ao português, com exceção da (iv), que será deixada de lado na discussão.

Tomemos inicialmente a primeira classe, com adjetivos como **antigo**, **simples**, **verdadeiro**, **aparente** (não temos muita segurança quanto a **vago**). A propriedade (v), que menciona a correlação com advérbios, pode ser interpretada como decorrência de uma relação semântica; mais explicitamente, decorrência da presença em ambos

os casos de determinado traço semântico. Isto é, se os sintagmas

(73)a. Zé é um verdadeiro herói.

b. Zé é verdadeiramente um herói.

são paráfrases um do outro, diremos que têm representações semânticas semelhantes. Milner, em sua análise transformacional, deriva ambos de um “modal” caracterizável como **de manière de (adj)** [sic, no texto de Waugh]. Parece-nos melhor exprimir isso dizendo que o traço semântico comum é o que quer que seja o significado de **-mente**: o que o sufixo **-mente** exprime em (73b) é expresso pela posição do adjetivo em (73a); ou, em outros termos, ambas as representações semânticas contêm o traço <mente>. Por ora, o teste que se pode aplicar para verificar a presença do traço <mente> em um TL é encontrar um sintagma sinônimo onde o adjetivo é substituído por um advérbio em **-mente**. Naturalmente, deve-se eventualmente procurar uma caracterização realmente semântica desse traço.

Passemos agora às outras propriedades. Milner aponta que os adjetivos da primeira classe não ocorrem modificados por marca de comparativo ou superlativo (analítico):

(74) Zé é o mais antigo professor.

Essa frase só é aceitável com **antigo** em sua acepção “ordinária”: Zé não é um ex-professor, mas um professor que exerce sua profissão há muito tempo. Em outras palavras, não é possível interpretar (74) incluindo o traço <mente>.

A explicação deve derivar do fato, que já mencionamos anteriormente, de que os comparativos e superlativos (analíticos) são necessariamente restritivos. Assim, em

(75) O bonito edifício

bonito não é restritivo. Mas em

(76) O mais bonito edifício

mais bonito é claramente restritivo.

Ora, tudo indica que a presença do traço <mente> exclui a possibilidade de interpretação restritiva: nos exemplos de (72), ou em suas traduções portuguesas, a interpretação do adjetivo é invariavelmente não-restritiva:

**(77) Um simples soldado / um antigo rei / uma verdadeira epopéia /
uma aparente loucura**

Essa seria a razão pela qual uma construção comparativa não pode ser interpretada com o traço <mente>.

Outra propriedade notada por Milner é a impossibilidade de coordenar um adjetivo com o traço <mente> e um adjetivo sem esse traço. À primeira vista, poderíamos considerar esse um caso particular da conhecida (mas muito pouco estudada) exigência de simetria semântica entre os membros de uma construção coordenada pela conjunção *e*. Kuno, 1987, procurou expressar essa exigência através da seguinte condição:

“Tendência à Interpretação Paralela: Estruturas paralelas tendem a ser interpretadas de maneira paralela a menos que haja pressão externa em favor de interpretações não-paralelas”.

[Kuno, 1987, p. 7]

No entanto, há um fato que milita contra a interpretação nas linhas sugeridas pela condição de Kuno: os adjetivos marcados <+mente> não se coordenam sequer entre si, isto é, em situações em que a estrutura seria semanticamente paralela:

(78)a. Um simples e antigo rei

b. Uma verdadeira e simples epopéia

Nesses casos não nos parece que seja possível interpretar ambos os itens que precedem o núcleo como tendo o traço <mente>; (78a) não se refere a alguém que é simplesmente rei e que foi antigamente rei; e (78b) não se refere a algo que é verdadeiramente uma epopéia e simplesmente isso. Uma maneira de analisar esses fatos seria postular uma condição exigindo que a interpretação que contém <+ mente> só possa ser atribuída a um item que ocorra imediatamente antes do indicador.

Finalmente, temos a propriedade mostrada pelos adjetivos da primeira classe de não poderem ocorrer em função de predicativo: comparem-se as frases

(79) Catarina é uma antiga professora. (= “ex-professora”)

(80) Essa professora é antiga. (= “idosa”, ou “antiga no emprego”)

Há certamente um mundo de pontos a esclarecer no que concerne à semântica dos predicativos. Podemos, no entanto, vislumbrar uma explicação para a propriedade em questão. Tomando (79), temos que reconhecer que a presença do traço <mente> não é função pura e simplesmente do adjetivo **antiga**; se fosse, o traço deveria estar presente também em **professora antiga**, e não é o caso. E’ evidente que o traço <+ mente> é conferido à interpretação em virtude da construção propriamente dita, ou seja, é um traço da **estrutura**. Diríamos que a estrutura que inclui um adjetivo anteposto se interpreta com <+ mente>; tanto é assim que se não houver adjetivo anteposto esse traço não se manifesta.

Nos termos de nossa análise, exprimimos essa restrição em termos de uma condição que impede a ocorrência de um termo com o traço <+ mente> depois de um indicador. Por isso a interpretação com <+ mente> não pode ocorrer no caso de **professora antiga**.

Ora, o mesmo tipo de descrição pode ser atribuído ao caso de (80): a mesma condição pode impedir que a interpretação com <+

mente> surja quando o adjetivo está em posição de predicativo: como nesses casos o adjetivo ocorre depois do indicador, a interpretação com <+ mente> é excluída.

Como se vê, existe uma relação entre a posição do TL frente ao indicador e o traço semântico <mente>. No entanto, ainda aqui não se trata de uma relação bi-unívoca. O mais que se pode dizer é que o adjetivo posposto nunca pode ser interpretado com o traço <mente>. Mas quanto ao anteposto nada se pode dizer em geral; a possibilidade de interpretação com <mente> dependerá dos traços próprios do item léxico em questão. Assim, a interpretação com <mente> comparece em **uma antiga professora**, mas não em **um belo edifício**.

4.4.4. Expectativas

Um ingrediente semântico muito evidente em certos casos de anteposição é a expectativa de que a qualidade expressa pelo adjetivo é particularmente adequada ao referente do SN. Examinamos esse fenômeno na seção 2.2 do capítulo 3; por exemplo

(81)a. Uma madrasta cruel

b. Uma cruel madrasta

(82) a. Uma mãe cruel

b. * Uma cruel mãe

Como se viu, a má formação de (82b) se deve à existência de uma espécie de “expectativa cultural” de que as madrastas seriam cruéis, mas as mães não — isso independentemente de se acreditar ou não que as madrastas sejam efetivamente cruéis.

Observa-se que essas expectativas se realizam quando o adjetivo está anteposto; tanto é assim que (82a), com o adjetivo posposto, é bem formado — nesse sintagma a expectativa está neutralizada, e portanto deixa de haver contradição entre “cruel” e “mãe”. Aliás, a

boa formação de (82a) mostra que não existe incompatibilidade semântica na atribuição da qualidade “cruel” ao referente de “mãe”. Portanto, se (82b) é inaceitável, isso se deve a outro fator, ou seja, à contradição entre o conceito “mãe” e a expectativa de crueldade suscitada pelo adjetivo *cruel quando em posição anteposta*.

A expectativa de adequação é bem visível no caso de *mero*, que como sabemos é um adjetivo que só ocorre anteposto. Assim, a frase

(83) Ele é um mero deputado.

inclui a insinuação de que ser um deputado é algo de pouco valor.

Esse é provavelmente um ingrediente essencial da semântica de *mero*, e podemos imaginar se não seria por isso que esse item só ocorre anteposto (já que posposto ele perderia a expectativa). Talvez haja algo aí a pedir investigação; mas preferimos não saltar logo para uma generalização, porque há adjetivos que só ocorrem antepostos e nos quais não enxergamos o ingrediente em questão. Assim, em *pretenso* a insinuação presente é a de que a intensão contida no indicador *não se aplica* ao referente pretendido:

(84) Cardoso é um pretenso herói.

Essa frase deixa claro que o falante não acredita que Cardoso seja um herói.

Ainda em outros casos não se observa expectativa do tipo que estamos considerando, e ainda assim o item só ocorre anteposto; é o caso de *meio* e dos *cardinais*.

4.4.5. Casos particulares

Como se viu acima, os fatores que governam a possibilidade de antepor um adjetivo ainda são pouco conhecidos (e não por falta de teorias). Além de todos os fatores parciais propostos até o momento, existe ainda um grupo de itens léxicos que parecem ser idiossincraticamente marcados como não podendo ocorrer pospostos

ou, inversamente, como não podendo ocorrer antepostos. Essas particularidades podem, em princípio, decorrer da própria semântica dos itens em questão — e nesse caso se trataria de fatores semânticos ainda a descobrir. Por outro lado, há a possibilidade de que certos itens sejam marcados formalmente quanto a suas possibilidades de posicionamento em relação ao indicador. No momento, não se pode fazer mais que apontar exemplos, com algum breve comentário, deixando a análise para pesquisas futuras.

Primeiramente, há itens como **próximo** que só podem ocorrer antepostos, sem que se vislumbre nenhuma razão semântica que force tal comportamento:

(85)a. O próximo presidente

b. * O presidente próximo

Itens semelhantes são **meio** e os cardinais (inclusive **último**). Vimos na seção 4.4.4 que no caso de **mero** (e, para muitos falantes, também no de **reles**) as indicações são de que só ocorrem antepostos porque incluem necessariamente uma expectativa de adequação. Mas essa explicação não se aplica a **próximo** nem aos cardinais, de modo que estes deverão por ora ficar como casos particulares.

Depois, existem itens que só ocorrem pospostos. Estes compreendem dois grupos: os denominais e os invariáveis, e mais alguns itens isolados.

Chamamos **denominais** certos adjetivos de significado em geral agentivo, como **papal**, **presidencial** em sintagmas como

(86) Uma bula papal

(87) A decisão presidencial

Esses adjetivos foram estudados por Levi, 1978. Para nós interessa saber que nunca se antepõem:

(88) * Uma papal bula

(89) * Uma presidencial decisão

Agora, é necessário apontar que o que bloqueia sua anteposição deve ser um fator semântico — isso porque alguns deles podem ocorrer em acepção qualificativa, e nesse caso às vezes podem ser antepostos. Assim, **presidencial** em (87) é agentivo, mas é qualificativo em

(90) Ele vive tomando atitudes presidenciais.

onde **presidenciais** significa algo como “típicas de um presidente, autoritárias”. Ora, nessa acepção **presidencial** anteposto é razoavelmente bem formado:

(91) A presidencial arrogância de Cardoso prejudica o diálogo.

Portanto, o mais provável é que algum traço semântico presente nos denominais (em acepção não-qualificativa) os impeça de ocorrer antepostos.

Depois, há os adjetivos invariáveis, como **rosa** em

(92) Um vestido rosa

Esses itens não se distinguem semanticamente dos adjetivos comuns (variáveis). Assim, não parece que haja nenhuma diferença relevante entre **um vestido rosa** e **um vestido branco**; no entanto, **branco** se antepõe em certos casos, mas **rosa** nunca:

(93) Um branco véu de noiva

Estão nesse grupo itens como **rosa**, **laranja**, **grená**, **bordô**, **bonina**, **gelo**. Sua característica mais marcante é não variarem nem em

gênero nem em número.

Finalmente, há alguns itens que não se antepõem, sem que se consiga ver nenhuma razão semântica para isso, e sem que se possam incluir em algum grupo formalmente caracterizável. Exemplos são **ruim** (mas não **mau**, **bom** etc.), **comum** e alguns outros.

4.4.6. Conclusão: o traço <X>

As seções precedentes não resolveram o problema de caracterizar semanticamente os adjetivos antepostos frente aos pospostos; no máximo, ajudarão a colocar o problema, sugerindo direções de pesquisa. Mas agora temos que perguntar: em vista disso, como fica a definição do traço <X>, que caracterizaria semanticamente os adjetivos antepostos?

Naturalmente uma definição só será possível quando dispusermos da solução ao problema mencionado. Mas desde já é possível adiantar certos traços semânticos que, com toda probabilidade, marcam os adjetivos antepostos, contrastando-os com os pospostos.

A primeira observação a fazer é a seguinte: certamente existe uma caracterização semântica dos adjetivos antepostos. Seja ela realizada como não-restritividade, seja como intensionalidade, seja como presença do traço <mente>, seja como expectativa de adequação, o fato é que só em raros casos (talvez em nenhum) a posição do adjetivo antes ou depois do indicador é semanticamente inócua. Ou seja, podemos confiar que há uma diferença semântica (provavelmente complexa) entre adjetivos antepostos e adjetivos pospostos. A essa diferença chamamos, por ora, <X>: um adjetivo anteposto recebe a acepção “X”, e um adjetivo posposto recebe a acepção “não-X”.

Depois, já podemos vislumbrar algo do que vem a ser esse traço. Acreditamos que o ingrediente “expectativa de adequação” está presente na maioria dos casos. Assim, em todos os pares abaixo percebe-se que o primeiro sintagma é menos bem formado que o segundo:

(94)a. ?? Um gordo dentista

b. Um gordo lutador de sumô

(95)a. ?? Os pálidos faróis

b. A pálida lua

(96)a. ?? Os altos caminhões

b. As altas montanhas

(97)a. ?? Um belo grampeador

b. Um belo quadro

Em todos os casos é possível eliminar a má formação relativa do sintagma inserindo-o em contexto adequado:

(98) A bateria estava quase descarregada; *os pálidos faróis* mal conseguiam iluminar o caminho.

Isso apenas confirma que a anteposição está associada a uma expectativa de adequação. No contexto de (98), há expectativa de que os faróis sejam pálidos.

Além disso, há os outros traços semânticos (não-restritividade, intensionalidade, <mente>) que, embora de maneira irregular, indubitavelmente se associam à posição do adjetivo em certos casos. Esses poderão ser lexicamente condicionados, dando origem a afirmações do tipo: “com itens da classe semântica Y, o TL colocado antes do indicador recebe o traço ‘não-restritivo’”. Tais afirmações nos levam a adiantar que, embora a relação seja complexa, lexicamente condicionada, existe uma caracterização semântica do adjetivo anteposto — e, portanto, o uso do traço <X> é defensável.

O único problema real viria dos itens como **pretensso**, **rosa** e **ruim**, que só podem ser antepostos ou pospostos, sem que se conheça razão semântica para isso. A se confirmar essa ausência de motivação semântica, tais itens deverão receber marcas formais proibindo-os, idiossincraticamente, de ocorrerem antes ou depois do indicador.

NOTAS

- ¹ Essa análise só é “sêmica” parcialmente, é claro; o SN comporta três funções definidas morficamente, pela ordem de ocorrência: PDet, Det e TL. Decidimos chamá-la “sêmica” para contrastá-la com uma análise que pretendesse dar conta de todas as relações de ordem através de dispositivos formais (essa seria a análise “mórfica”).
- ² Estamos usando aqui o termo “qualidade” em um sentido muito pouco rigoroso, somente para facilitar a exposição.
- ³ Um ponto que vale a pena lembrar é que a análise mórfica aqui proposta é elaborada em função da tarefa única de descrever a ordem dos termos do SN. Estamos desprezando, por isso, diferenças que podem ser morficamente relevantes, como por exemplo o fato de variar ou não em gênero (*velho varia, Maria não*). Em todo este trabalho, a análise é parcial nesse sentido.
- ⁴ Essa mesma seqüência pode ocorrer como enunciado independente: **irritante, aquele velho**. Mas aí não se trata de um SN.
- ⁵ A discussão e as conclusões desta seção dependem em boa parte do trabalho de Liberato (em elaboração).
- ⁶ Pode haver mais de um termo “R”, mas nunca no mesmo nível. Isto é, um SN pode incluir outros SNs, e esses SNs subordinados poderão ter também cada um seu termo “R”: assim, em *a casa de Maria* tanto **casa** quanto **Maria** são “R”. Mas em cada nível de análise o termo “R” é único.
- ⁷ Colocamos entre aspas as referências a conceitos. Assim, **elefante** é a palavra; “elefante” o conceito correspondente.
- ⁸ O fenômeno já foi observado. Por exemplo, encontramos em Jespersen a seguinte passagem:

“Temos muitos adjetivos substantivados, mas seu significado é sempre mais específico [*special*] do que o dos adjetivos correspondentes”.

[Jespersen, 1924, p. 76]

Jespersen dá alguns exemplos, entre os quais: **the blacks** (“os (homens) negros”), **sweets** (“doces”) etc.

Capítulo 4: Condições semântico-pragmáticas

Mário A. Perini, Sigrid Fraiha
Lúcia Fulgêncio, Regina Bessa Neto

1. CONDIÇÕES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS (CSPs)

As restrições impostas à ordenação dos termos do SN pelo componente mórfico são, como vimos, relativamente poucas, resultando em uma sequência estritamente ordenada de apenas três funções: pré-determinante (PDet), determinante (Det) e termo livre (TL), sendo este último repetível. Essa ordenação não pode ser desobedecida em nenhuma circunstância, sob pena de o sintagma ser mal formado.

No entanto, há ainda um bom número de restrições de ordem que não se formulam morficamente; essas restrições têm a ver com a ordenação dos diversos TLs, nos casos em que ocorre mais de um no mesmo sintagma. Por exemplo, há ordenação entre dois TLs no caso de

(1) a. * A frota submarina naval

b. A frota naval submarina

A análise desses sintagmas nos dá *a* como Det, e **frota**, **submarina** e **naval** como TLs. A se levar em conta exclusivamente o componente mórfico, seria de esperar que a ordenação dos três TLs fosse indiferente — já que de qualquer maneira a análise do sintagma seria

Det + TL + TL + TL

e essa ordenação não desobedece à estipulada pelo componente mórfico. E' preciso concluir, pois, que há outros fatores em ação aqui, responsáveis pela má formação de (1a).

Esses fatores são as **condições semântico-pragmáticas** (CSPs); no caso de (1), a condição que estabelece que um termo de significado mais restritivo deve sempre estar à direita de outro de significado menos restritivo; é o caso de **submarina**, que precisa ocorrer depois de **naval**, já que uma frota submarina é necessariamente naval. Nesta seção daremos a lista das CSPs identificadas até o momento, com alguma discussão sobre os traços utilizados para formulá-las, assim como sobre seus efeitos na ordenação dos termos do sintagma.

2. LISTA DAS CSPs

As CSPs já identificadas com alguma segurança são listadas e descritas a seguir.

Na exposição, mencionaremos o “indicador”, às vezes, em oposição ao “TL”. Isso é uma simplificação: na verdade, como sabemos, o indicador é um TL, morficamente indistinguível dos TLs em geral; entenda-se que “indicador” significa “TL com interpretação de ‘indicador’”; e ao usarmos “TL” entenda-se “TL não indicador”.